

Relatório do Grupo PPE

Número 1 / Janeiro de 2012



Eleições intercalares: metade dos vice-presidentes do Parlamento pertence ao Grupo PPE

Gunnar Larsson

Jerzy Buzek (PL) terminou o seu mandato de dois anos e meio como Presidente do Parlamento Europeu. Em 2009, Buzek tornou-se o primeiro Presidente oriundo de um dos países que aderiram à União Europeia no decorrer do processo de alargamento de 2004. Possuía credenciais excepcionais enquanto anterior Primeiro-Ministro do seu país de origem, a Polónia, e principal combatente pela liberdade durante a luta da Solidariedade contra o regime comunista. Antes de dar lugar ao novo Presidente, Martin Schulz, Jerzy Buzek ouviu discursos calorosos da parte dos líderes dos grupos parlamentares.

Durante a sua remodelação intercalar, o Parlamento Europeu elegeu ainda uma nova Mesa. Existem, no Parlamento, 14 vice-presidentes e, metade destes são atualmente deputados do Grupo PPE. Enquanto membros da Mesa serão responsáveis pela elaboração do anteprojeto de orçamento do Parlamento e pela tomada de decisão relativamente a questões administrativas, de pessoal e de organização. Os Questores do Parlamento também fazem parte da Mesa.

O deputado espanhol Alejo Vidal-Quadras, ao serviço do Parlamento desde 1999, foi, por várias vezes, reeleito vice-presidente. É visto, com frequência, a dirigir sessões plenárias e é membro da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia. A deputada italiana Roberta Angelilli e o deputado alemão Rainer Wieland foram igualmente reeleitos vice-presidentes. São membros da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos e da Comissão dos Assuntos Jurídicos, respetivamente.

Georgios Papastamkos é um novo membro da Mesa. O deputado foi um antigo ministro do governo grego e é membro da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. Também se junta como vice-presidente o deputado austríaco Othmar Karas, que é membro da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários e foi, até dezembro, vice-presidente do Grupo PPE. O deputado polaco Jacek Protasiewicz, membro da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, é outro dos novos vice-presidentes. Finalmente,

o deputado húngaro László Surján, membro da Comissão dos Orçamentos, foi também eleito vice-presidente.

Foram reeleitos ambos os membros do PPE que integram o Colégio de Questores, a luxemburguesa Astrid Lulling e o irlandês Jim Higgins.

Novo Tratado fiscal tem de respeitar o direito da UE

O Parlamento Europeu exigiu, em resolução aprovada na sessão plenária de janeiro, que o novo Tratado fiscal em negociação por parte de 26 Estados-Membros reconheça o primado do direito da UE. Os deputados europeus advertem que o novo Tratado não poderá estabelecer valores que se desviem dos constantes do Pacto de Estabilidade e Crescimento e respetivos critérios de equilíbrio orçamental para os membros da zona euro. Defendem, por isso, que o novo Tratado deve "reconhecer de forma inequívoca e explícita o primado do direito da UE sobre as respetivas disposições" e que todas as medidas destinadas a aplicar o acordo "devem ser adotadas em conformidade com os procedimentos relevantes previstos nos Tratados da UE".

Da mesma forma, o Parlamento Europeu exigiu que os países que assinem o novo Tratado beneficiem de igualdade de tratamento. Em particular, todas as partes contratantes no acordo, independentemente de serem ou não membros da zona euro, devem ter o mesmo direito de participar na Cimeira da zona euro.

Para além disso, os deputados apelaram a uma maior participação parlamentar no reforço da coordenação económica e da governação acordadas com os Chefes de Estado e de Governo. A cooperação entre os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu deve processar-se no âmbito dos Tratados da UE, em conformidade com o artigo 9.º do Protocolo 1, que permite que os deputados estabeleçam as suas próprias regras de cooperação.

Na Resolução, os deputados sublinham que o Parlamento Europeu se reserva o direito de proceder judicialmente caso as negociações em curso não reflitam as condições referidas.

Lasse Boehm

Obtenção de matérias-primas a partir de resíduos de equipamentos eletrónicos

Thomas Bickl

A recolha e reciclagem de equipamentos elétricos e eletrónicos em fim de vida será sujeita a normas europeias mais rigorosas. O Parlamento Europeu lutou, com êxito, pela introdução de metas mais ambiciosas na Diretiva aprovada esta semana. "Atingimos novas metas no que diz respeito à recolha de resíduos. O que antes era considerado lixo volta a transformar-se num recurso valioso", afirmou o relator do Parlamento Europeu Karl-Heinz Florenz (D).

Os distribuidores serão obrigados a retomar equipamentos em fim de vida, independentemente de venderem ou não um equipamento novo aquando da entrega. Isto aplica-se a equipamentos de dimensões inferiores a 25 centímetros e a grandes lojas retalhistas com áreas de venda superiores a 400 metros quadrados.

Os instrumentos de cálculo da recolha de resíduos de equipamentos serão alterados, passando dos atuais quatro quilos por pessoa e por ano a 45% do volume de vendas em 2016 e a 85% do total de resíduos eletrónicos existentes em 2019. Os novos Estados-Membros beneficiarão de um período suplementar de dois anos para atingir as metas enunciadas.

O ónus da prova em situações de exportação de resíduos de equipamentos eletrónicos é alterado. Em caso de controlo aduaneiro ou fiscal, é da responsabilidade da empresa e não do funcionário provar que o aparelho está em condições de ser reutilizado e não deve ser considerado resíduo. Tal possibilita uma contenção eficaz das expedições ilegais. Em contrapartida, permite conservar recursos valiosos e evitar o tratamento, muitas vezes questionável, que é aplicado nos países em vias de desenvolvimento.

Há igualmente boas notícias para os pequenos produtores, na medida em que se depararão com menos burocracia. O registo dos produtores será simplificado e passa a incluir o comércio eletrónico. Deixam de ser exigidas sucursais noutros Estados-Membros europeus, bastando um representante legal.

Biocidas: novas normas europeias mais rigorosas

Pela primeira vez, existirão normas europeias comuns para o registo e uso de produtos biocidas. O Parlamento Europeu aprovou, esta semana, um novo regulamento da UE para os produtos biocidas. "Conferiremos mais segurança aos consumidores, aos utilizadores e ao ambiente. A questão crucial reside na aplicação das mesmas normas em toda a UE", afirmou a relatora do Parlamento Europeu Christa Klässler (D).

A utilização de produtos biocidas destina-se a fins de limpeza, higiene ou proteção, por exemplo, para repelir insetos, eliminar fungos ou proteger madeira. Atualmente, a avaliação e o registo de produtos biocidas estão sujeitos à legislação nacional, variando, por isso, consideravelmente. Isto também levou a que os produtos biocidas dificilmente estejam disponíveis no mercado.

Os produtos biocidas são indispensáveis para assegurar altos padrões de higiene e de saúde na sociedade moderna. São eficazes, mas têm efeitos secundários, pelo que a sua utilização necessita de ser enquadrada por normas estritas. O Parlamento conseguiu definir uma interdição clara para substâncias cancerígenas e que podem interferir na fertilidade, bem como para substâncias que danifiquem o material hereditário. Além disso, os produtos tratados com biocidas têm de estar devidamente rotulados. O registo europeu e a formulação destes critérios rigorosos representam um passo importante para o uso responsável de produtos biocidas.

O registo europeu será aplicado, de forma faseada, por categoria de produtos até 2020. Os produtos importados tratados com biocidas estão igualmente sujeitos às normas europeias. O novo regulamento deve entrar em vigor em setembro de 2013.

Thomas Bickl

Cadeia de abastecimento alimentar

Cliona Connolly

Os deputados ao Parlamento Europeu apelaram a uma cadeia de abastecimento alimentar mais justa e mais segura com a aprovação do Relatório sobre a cadeia de abastecimento dos produtos agrícolas, na sessão plenária desta semana.

Desde 2000, o custo total dos fatores de produção para os agricultores da UE registou um aumento médio de quase 40%, com os custos da energia e dos fertilizantes a subirem 60 e 80%, respetivamente. Os preços agrícolas ao produtor aumentaram 25%, mas a subida avultada dos custos de produção criou um desequilíbrio substancial entre estes e o retorno do investimento.

"Esta tendência está a corroer a possibilidade de os agricultores aumentarem a sua margem de lucro e reinvestirem nas suas explorações", afirma Mairead McGuinness (IE), relatora-sombra para o Grupo PPE.

"Os agricultores europeus estão a ser efetivamente "entalados" em ambos os extremos da cadeia de distribuição. O rápido aumento e a volatilidade dos custos de produção, associados à pressão inexorável do extremo oposto da cadeia de distribuição para reduzir os preços, colocam os agricultores europeus numa posição insuportável."

"A existência de uma cadeia de abastecimento de produtos alimentares segura é vital para a Europa e para o mundo. Todavia, os agricultores lutam contra obstáculos consideráveis para planearem o seu futuro. Os problemas com o pagamento a prazo dos fatores de produção agrícola essenciais e as flutuações extremas no preço desses mesmos fatores colocam os agricultores em situação de grande dificuldade."

O texto analisa estruturas atuais de mercado e identifica problemas existentes no setor dos fatores de produção. Sugere ainda opções políticas que visam reduzir os custos dos fatores de produção agrícolas e, simultaneamente, melhorar a sua situação no setor.

McGuinness acrescentou que o voto a favor dos deputados ao Parlamento Europeu nesta questão indica que existe vontade política e entusiasmo para enfrentar os desafios futuros.